



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

TERMO DE ADESÃO

Termo de Adesão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul à Portaria Conjunta CNJ n. 5 de 2 de abril de 2024, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e os Tribunais de Justiça dos estados da Bahia e de São Paulo, para os fins que especifica.

O **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul**, com sede na Av. Mato Grosso, Bloco 13, Parque dos Poderes - Campo Grande/MS - CEP 79031-902, CNPJ n. 03.979.663/0001-98, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **Sérgio Fernandes Martins**, no uso das suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE, por meio do presente instrumento, aderir à Portaria Conjunta n. 5/2024 e respectivas disposições normativas, celebrada entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e os Tribunais de Justiça dos Estados da Bahia e de São Paulo, que tem por finalidade a cooperação mútua para a baixa definitiva de execuções fiscais em tramitação nas Justiças Estaduais cujas inscrições em dívida ativa estejam integralmente extintas, em razão de pagamento, prescrição, decisão administrativa ou outro motivo que inviabilize o prosseguimento do processo judicial.

O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir da data de sua assinatura, com vigência até o término da Portaria Conjunta n. 5/2024, e a sua efetivação dar-se-á mediante observância das disposições previstas na referida portaria.

O Tribunal subscritor compromete-se a enviar ao Conselho Nacional de Justiça, em 15 (quinze) dias, a contar da assinatura deste termo, lista de processos de execuções fiscais em tramitação em sua jurisdição, contendo comarcas/unidades judiciais, juiz responsável, número único do processo, nos termos da Resolução CNJ nº 65/2008 e informação de seu status, se físico ou eletrônico.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no *Diário Oficial da União*.

E, por estar de pleno acordo, este tribunal assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Luís Roberto Barroso

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Desembargador Sérgio Fernandes Martins

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul



Documento assinado eletronicamente por **Luís Roberto Barroso, PRESIDENTE**, em 13/05/2024, às 11:19, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anelize Lenzi Ruas de Almeida, Usuário Externo**, em 13/05/2024, às 17:52, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Fernandes Martins, Usuário Externo**, em 14/05/2024, às 17:58, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1843351** e o código CRC **EE2B4D7A**.